

# Moradores enfrentam invasões e intimidação nos conjuntos habitacionais

**Assunto:**

SEGURANÇA PÚBLICA



**Realizada nesta terça-feira (4/10), audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário discutiu a falta de segurança nos conjuntos habitacionais de Belo Horizonte. Presidida pelo Vereador Daniel Nepomuceno (PSB), a reunião contou com cerca de 40 pessoas e recebeu 12 convidados à mesa, representando o Executivo, o Judiciário e as comunidades diretamente afetadas pela ausência do poder público em áreas carentes.**

Mesmo com medo de represálias, moradores de conjuntos habitacionais de diferentes bairros de Belo Horizonte denunciaram que vêm sofrendo intimidação de criminosos para que cedam suas casas ao tráfico, e que novas unidades ainda não ocupadas estão sendo invadidas. Os casos foram apresentados pelos moradores à polícia, aos vereadores e ao Ministério Público.

Apesar de as políticas de habitação possibilitarem a construção de novas unidades, o vereador Daniel Nepocuceno pontuou que problemas como falta de segurança e ausência de efetivo policial estão aumentando nos conjuntos. Ele questionou as instituições presentes sobre a necessidade de ações diante dos casos relatados e pediu providências.

‘Pedimos reuniões com as comunidades para tratar da segurança pública em cada conjunto, mas os moradores temem retaliações?’, ponderou o Major Robson Viana de Souza, representante da Polícia Militar. Segundo ele, o controle territorial e psicológico do tráfico sobre os moradores é um dos principais problemas apresentados, e é sobre ele que as instituições públicas devem atuar. ‘Os gerentes das bocas, os líderes, devem se sentir intimidados. Para isso, é preciso a presença constante da polícia. Não adiantam bases temporárias, é preciso que a polícia esteja ali na madrugada, das 18h às 6h?’, propôs Luiz Flávio Saporì, professor universitário de Ciências Sociais e especialista em criminalidade.

‘Este é o momento de propor um grande pacto federativo. É nosso papel criar mecanismos que permitam ao cidadão

reinvidicar seus direitos, denunciar?, ressaltou o defensor público Marcelo Nicolielo, entendendo que o debate não deve ser interpretado apenas como ?um caso de polícia?, mas como uma ação social que cuide de aspectos econômicos, laços de afetividade e tudo o que envolve a política habitacional.

?Quando essas pessoas se sentirem protegidas - tendo todos seus direitos bem cuidados pelo poder público - irão se empoderar, procurar as instituições e até mesmo constranger aqueles que, hoje, as constroem?, afirmou Marcelo, sugerindo que as instituições se organizem e atuem de forma a transmitir confiabilidade ao cidadão, por exemplo, a partir da criação de um fórum permanente de atendimento aos moradores na luta contra as invasões e intimidações.

?Não é mais a favela, mas um novo equipamento que surge como um problema?, apontou Daniel Nepomuceno. ?O que acontece é só a transposição do poder paralelo dos traficantes e gangues jovens da favela para os conjuntos. A solução passa pela retomada do território?, propôs o professor Luiz Flávio, na mesma perspectiva.

#### Assista ao vídeo da reunião

Também participaram os vereadores Preto (DEM), Carlúcio Gonçalves (PR), Gêra Ornelas (PSB), Paulinho Motorista (PSL) e Elaine Matozinhos (PTB); o secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, Genilson Ribeiro Zeferino; representando a Urbel, José Flávio, José Maurício de Jesus e Patrícia Cury; Ricardo Maia, representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, que responde pela atuação da Guarda Municipal; Marcelo Carvalho, representando a Polícia Civil; Promotor Joaquim José Miranda Júnior, representando a Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais; Dona Mercedes Pereira dos Reis, líder comunitária; e o representante da Associação do Bairro Tupi/Lajedo.

#### ***Superintendência de Comunicação Institucional***

#### **Data publicação:**

Terça-Feira, 4 Outubro, 2011 - 00:00

---